



Anexo 2

INSTALAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO CLASSIFICADA NA “CATEGORIA A” e NÃO INERTE

Os documentos técnicos que deverão fazer parte do plano de lavra no que respeita à instalação de resíduos deverão ser os enumerados, nomeadamente:

1. Projecto de execução, exploração e encerramento que inclua os seguintes elementos:
 - I. Descrição do local incluindo as suas características geológicas e hidrogeológicas. Planta de localização à escala 1:10 000.
 - II. Projecto das construções a efectuar para o estabelecimento da instalação de resíduos, tendo especialmente em conta a estabilidade e impermeabilidade da base de apoio e dos taludes;
 - III. Descrição da operação produtora desses resíduos e de quaisquer tratamentos subsequentes a que os mesmos sejam sujeitos;
 - IV. Método de correcção das características geomecânicas menos favoráveis;
 - V. Sistemas de drenagem de águas pluviais e dos lixiviados e balanço hídrico e formas de controlo e de correcção das características físico-químicas dos efluentes e lixiviados, para reduzir a sua agressividade a níveis aceitáveis;
 - VI. Sistema de controlo da infiltração de água devida à permeabilidade da base e taludes da instalação de resíduos;
 - VII. Plano de monitorização dos lixiviados (compreende o plano de captação, tratamento e descarga);
 - VIII. Planta topográfica e perfis longitudinais e transversais à escala 1:1000;
 - IX. Planta e perfis de enchimento da Instalação de Resíduos;
 - X. Medidas de minimização do impacto ambiental e de integração paisagística e faseamento de sua aplicação. Forma de integração paisagística final prevista.
 - XI. O plano proposto para o encerramento, incluindo a reabilitação, os procedimentos pós-encerramento e as acções de monitorização, nos termos do art.º 13º e os respectivos encargos financeiros.
2. Indicação da pessoa competente para além do director técnico;
3. Os procedimentos de controlo e monitorização propostos nos termos do nº 1 do art.º 12º e do art.º 40º, quando aplicável;



4. Plano de gestão de resíduos previsto no art.º 10, incluindo a caracterização dos resíduos de acordo com o anexo III do presente Decreto-lei.
5. Caso a entidade coordenadora considere necessário, poderá solicitar elementos adicionais.